

O DESAFIO DA AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA COM ALUNOS SURDOS

Raquel Batista de Medeiros Sousa ¹

Antonio Cleilton da Costa Sousa ²

Elizangela Rodrigues Costa ³

Diana Santos da Silva ⁴

Teresa Cristina Lafontaine ⁵

RESUMO

Este artigo resultou mediante as experiências vividas com pessoas surdas, assim é necessária uma reflexão sobre a leitura, pois aprender a Língua Portuguesa é fundamental para ocorrer o letramento; para os surdos, o processo de leitura e escrita é complexo e exigirá do educador estratégias específicas. O objetivo desse é refletir sobre o processo de leitura das pessoas surdas observando como ocorre a decodificação da escrita e a compreensão de sentido ao texto lido. Esse trabalho foi pautado na investigação do tema proposto para alcançar o conhecimento por meio das abordagens descritiva, qualitativa, análise documental e revisão bibliográfica. Dessa forma, esclarece que um projeto educacional de qualidade para surdos deve focar como premissas básicas o acesso à língua de sinais na infância como primeira língua, e o ensino da língua portuguesa como segunda língua. Essa linha de pesquisa subsidia o direito que as crianças surdas têm de aprender a língua oficial de seu país: a língua portuguesa. Essa situação configura à necessidade de uma educação bilíngue para surdos no contexto educacional. Quando seu aprendizado ocorre tardiamente a criança enfrentará maiores dificuldades. Para que esse objetivo seja atingido, faz-se necessária a atuação de educadores bilíngues (surdos e ouvintes), como interlocutores no processo de aquisição da linguagem.

Palavras - Chave: Aprendizado, Leitura, Linguagem, Surdez.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando do Curso de Letras/ Língua Portuguesa da Universidade Federal do Maranhão - MA, profraquelbdm@gmail.com;

² Graduando pelo Curso de Letras/ Língua Portuguesa da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, caristico7@gmail.com;

³ Especialista em Docência do Ensino Superior - IESF, elisrcosta@gmail.com;

⁴ Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, dianasantosdasilva@hotmail.com;

⁵ Professor Orientador: Mestra em Geografia, Graduada em Geografia e Letras, Professora do departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, teresa.lafontaine@ufma.com.

O impulso por esta temática surgiu mediante as experiências vividas com pessoas surdas no ambiente de trabalho e também por saber da necessidade de estudos mais aprofundados em torno desse tema. Essa linha de pesquisa subsidia sobre o direito que as crianças surdas têm de aprender a língua oficial de seu país: a língua portuguesa ratificando a necessidade de uma educação bilíngue para surdos no contexto educacional.

Assim, algumas indagações se faz necessárias, tais como: Quais os meios para melhor colaborar para a aquisição da escrita e da leitura com alunos surdos? Outra indagação diz respeito ao professora, qual a importância do profissional especializada no desenvolvimento dos alunos surdos para a aquisição da leitura e escrita? Observa-se as várias interrogações referentes a esse assunto e, para as novas demandas que surgem com o acesso universal ao ensino regular. Diante disso, as algumas hipóteses levantadas essa pesquisa objetiva refletir sobre o processo de leitura e da escrita das pessoas surdas analisando o processo de como ocorre a decodificação da escrita e a compreensão de sentido ao texto lido e como se dá a compreensão de leitura por alunos surdos, bem como a prática pedagógica nos processos de Leitura e Surdez.

O estudo visa abordar o conhecimento sobre a leitura dos alunos com surdez dentro da sala de aula e seu contexto com os desafios relativos a aquisição e da prática. Para isso o estudo será feito através das abordagens descritiva, qualitativa e também na análise de documento. Para a revisão bibliográfica é válido as contribuições de Cabral (2017); Araújo (2015); Lacerda & Albres (2013), além dos documentos legais e institucionais do país.

A leitura e a escrita são objetivos básicos da instituição escolar e nesse sentido é direito de todo cidadão, em qualquer contexto. Assim sendo, esta pesquisa contribui para fundamentar a concepção da língua escrita e leitura como atividade discursiva no enfoque bilíngue de educação de surdos, pois a leitura e a escrita permite atribui sentido às palavras não se tratando, portanto, de decodificação sem sentido, mas uma efetivação do ser letrado.

METODOLOGIA

Este trabalho será pautado na investigação a respeito do tema proposto de forma a alcançar o conhecimento relativo a temática abordada, sob a óptica investigativa e de análise do objeto de estudo nas várias situações. O estudo visa abordar o conhecimento sobre a leitura dos alunos com surdez dentro da sala de aula e seu contexto com os desafios relativos a aquisição e da prática.

Após o levantamento de dados, o estudo será feito através das seguintes abordagens: a) Descritiva (onde será necessário descrever características específicas da população estudada); b) Qualitativa (onde precisará compreender e interpretar determinados comportamentos, opinião, expectativa, sentimentos, percepções, entre outros aspectos imateriais, entendendo assim qual o caminho para a tomada de decisão correta sobre o tema; c) Análise de documentos (para uma pesquisa mais aprofundada) e; d) Revisão bibliográfica (necessário para entender como o seu tema está atualmente, quais os problemas que ainda precisam ser solucionados e como os autores contribuíram para o seu desenvolvimento).

REFERENCIAL TEÓRICO

LEITURA, ESCRITA & SURDEZ

No ambiente escolar deve ser desenvolvida “a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” conforme indicado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96, no artigo 32, inciso I. Esse desenvolvimento é estabelecido a todos os alunos, por isso há exclusivamente um capítulo inteiro que aborda sobre a Educação Especial, referente ao ensino para alunos com deficiência.

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

[...]

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018) (BRASIL 2017, p.39)

Para o trabalho com alunos com deficiências há uma preocupação em promover os serviços de apoio especializado e praticada durante toda a vida do aluno. Sobre a discussão da leitura e da escrita em crianças surdas, Lane, Hoffmeister e Bahan (1996) referem que, assim como todas as crianças, também as surdas necessitam de conhecimento de mundo, de modo que possam recontextualizar o escrito e daí derivar sentido. Assim, necessitam de conhecimento sobre a escrita para que possam encontrar as palavras, as estruturas das orações assim como para criar estratégias que lhes permitam compreender os textos lidos.

Nesse sentido a leitura é também um direito dos indivíduos com deficiência auditiva. Segundo Moura (2000), também existiram vários educadores de surdos na Europa, dentre eles, Frei Pedro Ponce de Leon (1520-1584), monge espanhol, ensinava surdos, filhos de famílias nobres a ler os lábios, falar, rezar, e conhecer as doutrinas do Cristianismo. Svartholm (1994) propõe que a criança surda pré-escolar seja exposta à literatura infantil e a outras formas normais de uso da linguagem escrita, tais como escrever lista de compras ou cartas e cartões postais para amigos e parentes. Para a autora, ler livros e revistas com a criança pré-escolar, deve ser uma atividade agradável que satisfaça a sua curiosidade e não um propósito pedagógico.

Nesse sentido, através desse contexto leitor, a criança adotará uma atitude agradável e interessante com relação à língua escrita e terá melhor fundamento para o aprendizado posterior da aquisição da segunda língua

2.1 A Aquisição da Leitura e da Escrita

Sabe-se que o conhecimento de mundo é quesito importante para o a aquisição da leitura, e com os alunos surdos, não é diferente. Nesse sentido, os alunos com surdez ou não, deve conhecer a língua portuguesa antes da apreensão desse processo, além disso, a língua portuguesa funciona como base para que os alunos possam formular suas opiniões sobre a língua. Como afirma Pereira:

O objetivo do ensino da língua portuguesa escrita para os surdos deve ser promover a compreensão e a produção de textos e não de palavras e frases isoladas, daí a importância de se trabalhar muito bem o texto, inicialmente na língua brasileira de sinais. (PEREIRA 2011, p. 611).

Assim, o professor tem a tarefa de oportunizar ao aluno surdo o acesso ao universo dos textos que circulam bem como produzi-los, pois assim o aluno surdo aprende sobre o sistema da língua como também amplia seu conhecimento letrado.

A alfabetização é um processo de construção e funcionamento das regras do sistema alfabético de escrita; é preciso facilitar o processo de alfabetização propiciando condições para que o aluno seja capaz de ler, escrever e fazer uso real e adequado da escrita com todas as suas funções (SIQUEIRA, 2012). A partir da necessidade é que a criança vai construindo formas cada vez mais elaboradas de representação, até chegar ao domínio do código escrito.

No que se refere a alfabetização dos alunos surdos ou ouvintes, Honora e Frizanco aborda que:

A alfabetização de alunos com deficiência auditiva em nada se difere da alfabetização de um aluno ouvinte, visto que o aluno com deficiência auditiva utilizará pistas auditivas e articulatórias para a construção da escrita. Entretanto, o professor(a) deve dispor de muito mais recursos didático-pedagógicos quando se trata de uma turma com surdos e ouvintes, principalmente os visuais; no entanto, esse tipo de material não é disponibilizado pelas instituições responsáveis pela organização, administração e regulamentação das unidades de educação básica públicas no país. (HONORA & FRIZANCO 2009, p. 43)

Nesse sentido, declara-se que tanto a aprendizagem de surdos como de ouvintes pode-se ocorrer dentro da sala de aula, entretanto vai de acordo com o ritmo, a assimilação e a capacidade de compreensão de cada criança.

No entanto, a apropriação da escrita acontece de forma diferente para os alunos com surdez, uma vez que possuem impedimento auditivo e torna a aprendizagem da escrita mais difícil, mesmo que ambas as línguas sejam visuais – Libras e escrita do português – pois possuem estruturas gramaticais diferenciadas (FARIA, 2011).

Como já mencionado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº9394/ 96) estabelece que as escolas cumpram o processo de inclusão de todos os alunos com deficiências em escolas públicas em turmas regulares. Enveredando por esse caminho, especificamente para os surdos, surge a Lei 10.436 de 2002, que oficializa a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e garante a oferta da Língua, na condição de língua nativa das pessoas surdas, se constituindo numa educação bilíngue, na qual o ensino da língua portuguesa prevalece em sua modalidade escrita (ARAÚJO, 2015).

Não se trata apenas de aceitar a língua de sinais, mas de oportunizá-la, pois todo trabalho pedagógico que considere o desenvolvimento cognitivo tem que levar em conta a aquisição da língua natural e respeitar as diferenças linguísticas. O estudo referente a aquisição da escrita e leitura em uma segunda língua pressupõe que os alunos estejam alfabetizados na forma escrita da primeira língua. Nesse sentido, uma das diferenças essenciais do ser surdo deve considerar uma proposta educacional de alfabetização/letramento e implicações linguísticas para o mesmo, entre outras questões fundamentais.

Soares (2010) ressalva que os conceitos de alfabetização e letramento são processos que se dão de forma simultânea e interdependente, pois enquanto alfabetizar significa a aquisição do sistema convencional de escrita, e letramento designa o desenvolvimento de comportamentos que envolvem práticas sociais de leitura e escrita. Nesse contexto, o letramento

aparece numa abordagem interdisciplinar de alfabetização como uma forma de construção de conhecimento que se configura em um processo no qual o cidadão possa construir, em si próprio, o sentido da escrita para a sua vida cotidiana.

Na educação de surdos, no Brasil, o ensino da língua portuguesa escrita tem sofrido mudanças ao longo do tempo. Até recentemente, predominou, a abordagem oralista, ou seja, a concepção de língua era tida apenas como código, por isso o ensino-aprendizagem dava-se exclusivamente por meio da Língua Portuguesa na modalidade oral. É válido ressaltar que a busca por caminhos metodológicos mais sólidos e renovados podem conferir às práticas pedagógicas, assentadas na abordagem bilíngue, mais possibilidades e significação, entrelaçando diferentes estratégias.

2.2 Reflexões Sobre Alunos Surdos

De acordo com a atual Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o Atendimento Educacional Especializado – AEE, “tem como função oferecer acessibilidade que elimine as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 10), pois “a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades” (BRASIL, 2008, p. 10). Isto posto, é de incumbência das instituições de ensino ofertar o atendimento educacional especializado, bem como disponibilizar recursos e serviços, além de orientar sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O surdo explora a expressão corporal e o movimento das mãos para dar significado, intensidade e sentido à sua linguagem ao utilizar a Libras, episódio esse que “não ocorre com a criança ouvinte, pois esta tem acesso à oralidade e à audição, apreendendo o som e o significado do alfabeto para a construção das palavras até desenvolver a total oralidade e escrita” (FARIA 2011, p. 15). Um contexto de educação bilíngue e utilização da Libras é elemento indispensável para a apropriação da leitura e escrita aconteça com eficácia, pois é a língua materna que dará o subsídio necessário para o desenvolvimento do educando com surdez no contexto escolar.

A língua de sinais constitui-se através da língua de modalidade visual-espacial, e não ao conceito de gramática, tal como as línguas de modalidade oral. Do ponto de vista lógico, torna-se um paradoxo alfabetizar um aluno surdo através da escrita de uma língua que não seja a língua de sinais. Neste sentido, as práticas de alfabetização e letramento para surdos, estão centradas no trabalho normativo da língua portuguesa, em regras e técnicas gramaticais em itens

lexicais, sem considerar a interação e a língua de sinais no contexto da aprendizagem, seu resultado será ineficiente.

Para Quadros (2006, p. 35) a língua de sinais "é uma língua espacial visual, pois utiliza a visão para captar as mensagens e os movimentos, principalmente das mãos, para transmiti-la". Naturalmente os significantes podem mudar de uma língua para outra. E assim distinguem-se as línguas orais pela utilização do canal comunicativo e as línguas que utilizam canal oral-auditivo, das línguas de sinais que utilizam canal gestual-visual. A tabela a seguir aborda a forma de comunicação entre a Língua Portuguesa e a Libras.

Tabela 1 - Distinções na forma de comunicação entre a Língua Portuguesa e a LIBRAS

LINGUA PORTUGUESA	LIBRAS
Fonético/fonológico	Configuração de mãos
Morfológico	Ponto de articulação
Sintaxe	Movimento
Semântico	Orientação
Textual/discursivo	Expressões

Fonte: Quadros (2006). Adaptado

Observa-se que os fonemas da língua oral são substituídos na língua de sinais pelas sinalizações correspondentes, sendo esses fonemas unidades elementares visuais da língua sinalizada. A mudança do sinal modifica o sentido, do mesmo modo que a mudança do fonema modifica o sentido da palavra. Nas línguas de sinais, os fonemas podem ser articulados simultaneamente.

De acordo com Araújo (2015, p. 19) é preciso "ressaltar que de modo semelhante à oralidade para os ouvintes, a língua de sinais organiza, de forma lógica, as ideias dos surdos e tem sua estrutura gramatical refletida nos textos produzidos pelos alunos". Pode-se exemplificar algumas principais características da escrita de alunos surdos, definidas assim: artigos e elementos de ligação (preposição, pronomes relativos, entre outros) são inexistentes; os verbos apresentam sem flexões de tempo, na LIBRAS o tempo é expresso através de relações espaciais; o uso de verbo de ligação é inexistente; não há desinência para gênero e número. (ARAÚJO 2015).

Propõe-se, portanto, a ideia de que há uma cadeia de significantes e significados, coligados por relações socioculturais, interacionais e afetivas construídas para um efetivo aprendizado da leitura e escrita dos sujeitos surdos num longo percurso de desenvolvimento das

competências enquanto ser social. É válido destacar a possibilidade de um aprendizado possível da língua portuguesa pelos surdos, desde que seja proporcionada uma pedagogia apropriada e significativa.

O ensino da língua portuguesa tornar-se possível, se o processo de alfabetização da segunda língua, seja sob a língua de sinais reconhecida e efetivamente a primeira língua. Ressalva-se que a ideia não é uma simples transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda, mas um processo sincrônico de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados.

2.3 A Importância do Profissional Especializado

O ensino da Língua Portuguesa (LP) tem sido uma constante preocupação dos docentes de alunos surdos, pois a língua era vista como um conjunto de regras que os alunos deveriam aprender para assim entendê-la e usá-la bem. Diferentemente dos alunos ouvintes, os alunos com surdez chegam à escola com fragmentos da Língua Portuguesa. Desse modo, cabia ao professor conduzir os alunos surdos no aprendizado da língua, embora alguns conseguissem adquirir a LP, a maioria adquiria apenas fragmentos dela, por isso as dificuldades de acesso à língua escrita

Pereira (2014) aborda a forma que o ensino da LP era ofertado, resultava do ensino sistemático e padronizado, pois:

Visando ao aprendizado da Língua Portuguesa, o professor iniciava com a exposição dos alunos surdos a palavras e prosseguia com a utilização destas palavras em estruturas frasais, primeiramente simples e depois cada vez mais longas e morfossintaticamente mais complexas. Por meio de cópias, ditados, exercícios de repetição e de substituição de elementos da frase, esperava-se que os alunos memorizassem as estruturas frasais trabalhadas e as usassem. Quando eram apresentados textos, os mesmos eram curtos, com vocabulário e estruturas frasais adaptados pelo professor ao nível linguístico dos alunos. (PEREIRA 2014, p. 146)

Os professores evitavam dar textos para os alunos lerem, pois os alunos apresentavam cada vez mais dificuldades para ler, uma vez que não conheciam a LP e com pouca leitura se tornavam desinteressados pela leitura, embora a maioria dos alunos surdos não entender o que liam apesar de conseguir decodificar as palavras.

O ensino da língua deixou de obedecer a padrões preestabelecidos pelo professor, que passou a expor os alunos surdos à Língua Portuguesa escrita sem a preocupação de ensiná-la. A meta é que os alunos usem a língua e, ao usá-la, elaborem hipóteses sobre o seu funcionamento, sozinhos ou com a ajuda do professor. O ensino da gramática vai se dar quando os alunos estiverem usando a língua (PEREIRA 2014, p. 149).

Assim a adoção da concepção de língua como atividade discursiva, como ocorreu na educação de ouvintes, trouxe mudanças também no ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos. O professor deixa de ser detentor do conhecimento ocupando a função principal no processo de ensino-aprendizagem e passa a assumir o papel de companheiro, ajudando cada aluno a prosseguir na aprendizagem.

A situação existente atualmente é um conteúdo onde há falta de professores e ambientes bilíngues, os currículos são inadequados e quase inexistentes. Há também outros fatores que podem ser destacados que falta, como: dificuldade para se formar professores com surdez; a presença de um segundo professor de Língua Portuguesa para os alunos surdos e a falta de conhecimento a respeito do bilinguismo (DAMAZIO 2007). a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de Libras, As propostas educacionais começaram a estruturar-se, assim propõem a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa é ofertada a todos. Na abordagem de Damázio sobre essa situação:

Segundo alguns professores, é mais fácil ensinar em classes especiais das escolas comuns, pois, essas classes além do agrupamento ser constituído apenas por alunos com surdez, a comunicação e a metodologia de ensino da língua escrita e oral são as mesmas para todos. Entretanto nessas classes os alunos com surdez não têm sido igualmente beneficiados na aprendizagem. (DAMAZIO 2007, p. 20)

Torna-se urgente repensar as metodologias adotadas para ensinar os alunos com surdez, pois as práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização desses alunos principalmente para que não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe. Cabe então planejar efetivamente a prática de atendimento educacional especializado em Libras. Sobre isso Damázio refere-se ao planejamento

O planejamento do Atendimento Educacional Especializado em Libras é feito pelo professor especializado, juntamente com os professores de turma comum e os professores de Língua Portuguesa, pois o conteúdo deste trabalho é semelhante ao desenvolvido na sala de aula comum. (DAMÁZIO 2007, p. 27)

Deste modo, o ideal é que haja professores que realizem esse atendimento, onde os mesmos precisam ser formados e ter pleno domínio da Língua de Sinais para utilizar a Língua de Sinais nas diferentes modalidades, etapas e níveis de ensino como meio de comunicação e interlocução garantindo assim, aos alunos ouvintes ou com surdez a aquisição dos conhecimentos e saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a alfabetização é uma das etapas mais importantes na vida escolar das crianças e esse é um processo em que o estudante ingressa uma nova etapa da vida, pois vai conhecendo novos caminhos e entrando efetivamente no mundo da leitura e escrita. Porém é uma fase complexa, principalmente as crianças surdas, pois costumam sentir muitas dificuldades, devido a sua limitação auditiva. Alfabetizar na perspectiva do letramento não é apenas codificar e decodificar, mas saber usar e refletir, questionar os códigos e particularmente usá-los no cotidiano. É necessário um trabalho amplo e profundo e de longo prazo para alcançar esse objetivo. Para que se possa aprender a ler e a escrever é preciso pensar sobre a escrita, o que ela representa, como representa graficamente a linguagem, que está diretamente ligada aos pensamentos afetivos e que foram processados singularmente.

Por possuírem uma cultura própria e uma língua materna (visual/espacial), os surdos, apresentam modos particulares de expressão e constituição da sua identidade, através da língua, determinando a significação do próprio eu, bem como desenvolver o sentimento de pertencer na sociedade em que vive, não sentindo-se excluído. Portanto, o aprendizado da LIBRAS e, logo, a aquisição da linguagem é essencial para que o aluno com surdes possa está inserido na sociedade através da interação cultural, social, científica e política.

Finalmente enfatiza-se que o ensino da leitura e da escrita com alunos surdos é um trabalho desafiador em virtude das especificidades que se colocam no processo de aquisição da língua de sinais e da língua portuguesa, dessa maneira insere-se dentro de uma perspectiva de educação bilíngue trabalhando com a intertextualidade, por meio do diálogo entre imagem e texto escrito, podendo favorecer ao desenvolvimento dos alunos surdos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. S. **Inclusão de alunos surdos na escola regular do Município de Alagoinha-PB.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, UEPB. Guarabira, 2014.

ARAÚJO, Luzia Cristina Nogueira de. **Alfabetização/Letramento para Surdos: desafios a inclusão qualitativa.** EDUCERE- XII Congresso Nacional de Educação: PUC, 2015

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 9424, de dezembro de 1996. Edição atualizada até março de 2017.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez**. SEESP / SEED / MEC. Brasília/DF – 2007

FARIAS, M. S. **Políticas públicas e a educação de surdos: parceria necessária**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras - Libras, UFPB. João Pessoa, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Esclarecendo as deficiências**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LANE, H.; HOFFMEISTER, R.; BAHAN, B. **A journey into the Deaf-World**. California: DawnSign Press, 1996

PAIXÃO, Elaine Cristina. **Imagem e texto: A intertextualidade na educação de surdos**. Revista Letras Raras: Vol. 5, Ano 5, Nº 1, p. 11-26, 2016

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Aquisição da língua portuguesa escrita por crianças surdas**. Anais do SIELP. Volume 1, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2011.

_____ O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. Educar em Revista, n. 2/2014, p. 143-157. Curitiba: Editora UFPR, 2014

QUADROS, Ronice Muller de. **Estudos Surdos I – Série de Pesquisas**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2006.

RIBEIRO, Marthe. **O construtivismo e a educação**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SIQUEIRA, V. R. **Alfabetização e letramento: análise de atividades propostas em livros digitais para surdos**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, UEPB. Campina Grande, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010.



SVARTHOLM, K. Second language learning in the Deaf. In: AHLGREN, I. & HYLTENSTAM, K. (EDS.) **Bilingualism in deaf education**. Hamburg: Signum-Verlag, 1994, 61-70.